

Grupo técnico aponta escassez de doses de vacinas contra a covid-19 para 2023

— Responsáveis pela área na transição dizem que gestão Bolsonaro não efetuou a compra de todas as doses necessárias para o ano que vem; cenário relatado é de ‘caos geral’ na Saúde

FABIANA CAMBRICOLI
SÃO PAULO
ANDRÉ BORGES
LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

O grupo técnico responsável pela área da Saúde no governo de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirma que a gestão de Jair Bolsonaro (PL) não formalizou a compra de todas as doses necessárias para a campanha de vacinação de 2023 contra a covid-19 e outras doenças. O cenário encontrado é descrito como de “caos geral” no setor.

“O que temos de informação é que o contrato de entrega de vacinas está vigente, mas o ministério não fez solicitação de quantidades suficientes para o ano que vem”, afirmou ao **Estadão** o sanitarista Arthur Chioro, coordenador do grupo de transição da Saúde e ex-ministro da pasta.

Em entrevista coletiva ontem, ele e outros membros da equipe disseram que a atual gestão não repassou informações básicas ao governo eleito, como a atual situação de estoque de vacinas e o prazo de validade do que foi adquirido.

Segundo o grupo técnico, milhares de vacinas contra a covid-19 estão por vencer neste ano, enquanto milhões de pessoas ainda não tomaram doses de reforço ou até mesmo a primeira dose, como ocorre entre crianças. Chioro mencionou que o quadro atual é de “absoluta insegurança” e de “descalabro” em relação às ações de imunização. O ex-ministro chamou a atenção para o fato de que os dados sobre estoque foram colocados sob sigilo pelo Ministério da Saúde.

O senador Humberto Costa (PT-PE), também ex-ministro e integrante do grupo técnico, disse que há 6 milhões de crianças de 6 meses a 2 anos no Brasil, mas apenas 1 milhão de doses foram distribuídas para essa faixa etária, voltadas para crianças com comorbidade.

Chioro afirmou à reportagem que a equipe identificou ainda não haver recursos reservados para despesas regulares do Ministério da Saúde, que somam R\$ 10,4 bilhões, o que inclui compra de medicamentos, saúde indígena e pagamen-



Aloizio Mercadante, Arthur Chioro, Humberto Costa e José Gomes Temporão; quadro de 'descalabro'

3 PERGUNTAS PARA...

Arthur Chioro,
ex-ministro e coordenador do grupo de transição da Saúde

Quais são as pautas prioritárias do grupo de transição da Saúde?

Programa Nacional de Imunização (PNI), enfrentamento da covid, assistência farmacêutica, Farmácia Popular, enfrentamento das filas do SUS.

O PNI passou um período do governo Bolsonaro sem coordenador. O governo eleito vai recuperar o programa?

Esse é um dos temas priori-

ários. Não apenas a vacina da covid. Não é reestruturar, é reconstruir o programa. Tem muitas estratégias para isso, desde comunicação, realização de campanhas, um dia V de vacinação. Tem estratégias que são de políticas intersecretoriais, como voltar a ter as condicionalidades para o Bolsa Família. A população que tem menos escolaridade, menos acesso à informação, é a mais torpedeada por desinformação e fake news. Nós vamos trabalhar com as prefeituras, com os Estados, com a política de assistência social, no sentido de retomar esse padrão de cobertura.

to de bolsas de residência médica. “Não há no Orçamento R\$ 10,47 bilhões para dar lastro para ações regulares do ministério, o que é preocupante. É preciso restituir (o valor) para garantir o funcionamento da máquina”, disse.

PEC. Segundo Chioro, o rombo faz parte do corte de quase R\$ 23 bilhões feito pela gestão Bolsonaro no orçamento da Saúde para 2023. Além de recompor os R\$ 10,4 bilhões necessários para custear ações básicas do ministério, o governo de transição quer recuperar esse valor para honrar as promes-

sas de campanha. Humberto Costa disse que não há outra opção a não ser aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite espaço fiscal para a área social. “Isso é crucial. Ou votamos ou vamos ter uma crise profunda na área da saúde e que será profunda também em várias outras áreas”, afirmou. Outra preocupação do grupo diz respeito ao acesso a medicamentos. Os dados reunidos pela equipe mostram que há risco de desabastecimento. “É uma realidade que bate com a informação que a gente recebeu da Confederação Na-

O presidente Bolsonaro brigou com governadores durante seu governo. O

cional de Municípios. Mais de 70% dos municípios brasileiros hoje têm registro de falta de medicamentos básicos.”

grupo de transição está em contato com eles?
Com os governadores, não ainda. Mas temos uma primeira reunião com o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) e com o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde). Temos outra reunião para discutir vacinação e filas do SUS. O Ministério não resolve sozinho sem uma relação de cooperação e solidariedade com Estados e municípios. Aquele federalismo de confronto vai ser substituído por uma relação de cooperação e de solidariedade entre os entes federativos. Senão, não funciona, o SUS não avança. Já tem desafio demais sem briga. ● JULIA AFFONSO

Sem informação
Dados sobre estoque de vacinas contra covid foram colocados sob sigilo, afirma ex-ministro

FILAS. O grupotécnico mencionou ainda a preocupação com as filas na rede pública e a demora de se realizar atendimentos à população em todo o País. Segundo Chioro, a pasta

não tem informações sobre a dimensão do problema. Um levantamento foi solicitado para os conselhos de secretários de Saúde e deverá ser apresentado na segunda-feira.

As estimativas colhidas nos Estados apontam que cerca de 1 bilhão de procedimentos deixaram de ser feitos nos dois últimos anos, envolvendo cirurgias eletivas e processos ambulatoriais. “Isso expressa não apenas um acúmulo de gente, de pessoas que estão nas filas, mas o aumento considerável do tempo de espera. Hoje, cerca de 58% dos diagnósticos de câncer realizados na cidade de São Paulo são feitos nos serviços de urgência e emergência”, afirmou.

O senador Humberto Costa mencionou que a situação atual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é de total incapacidade de lidar com o trabalho que precisa executar, por causa da falta de recursos e mão de obra. “O presidente da Anvisa colocou que há um risco de colapso da agência, e que não é um risco hipotético ou futuro, o risco é imediato, considerando que hoje o déficit de pessoal técnico qualificado é de 30% da força de trabalho da agência. Há uma necessidade urgente de recompor essa força de trabalho.”

MINISTÉRIO. Questionado sobre a compra de vacinas contra a covid-19 para a campanha do ano que vem, o Ministério da Saúde afirmou que já garantiu 700 milhões de doses desde o início da campanha, das quais 550 milhões já foram distribuídas aos Estados, mas não detalhou se parte está reservada para 2023.

Sobre a campanha do próximo ano, a pasta disse que “a estratégia está em discussão pelo Programa Nacional de Imunizações, assim como o quantitativo necessário de doses para garantir a continuidade da imunização”.

Sobre o rombo de R\$ 10,4 bilhões, a pasta destacou que “nenhuma política pública será interrompida” e que “está atenta às necessidades orçamentárias e buscará, em diálogo com o Congresso Nacional, as adequações necessárias na proposta para 2023.” ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 16